

Capitalismo de Era Digital e Tecnologia Educacional: configuração e formatação do trabalho e da subjetividade docente¹

Vera Lucia Jacob Chaves¹Rosimê Meguins¹Paulo Ítalo Laredo¹¹Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Resumo

O avanço da expansão tecnológica, a partir da adoção das plataformas digitais, EdTech e Inteligência Artificial, em todos os espaços da vida social, fortalece a privatização que se expande no ensino, em especial, em seu nível superior. O objetivo deste artigo é analisar as formas de expansão tecnológica no campo da Educação Superior e suas consequências no trabalho e na subjetividade docentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com a utilização de fontes primárias e secundárias. Conclui-se que existe uma nova racionalidade, que consolida as transformações advindas da expansão tecnológica em todas as dimensões da vida humana, afetando o trabalho e a subjetividade dos docentes que atuam no Ensino Superior e que vivenciam uma profunda intensificação do trabalho para garantir o aumento da lucratividade do capital. Com a substituição do homem pela máquina, ocorre a fragilização do trabalho ante o capital, o barateamento dos salários e o aumento do desemprego.

Palavras-chave: **Tecnologias Educacionais. EdTechs. Plataformas Digitais. Trabalho Docente. Subjetividade Docente.**

Digital Age Capitalism and Educational Technology: configuring and formatting teaching work and subjectivity

Abstract

The advancement of technological expansion through the adoption of digital platforms, EdTech, and Artificial Intelligence in all areas of social life strengthens the expanding privatization of teaching, especially at the higher education level. The objective of this article is to analyze the forms of technological expansion in the field of Higher Education and their consequences for the work and subjectivity of teachers. This is a bibliographic and documentary study, using primary and secondary sources. The conclusion is that a new rationality exists that consolidates the transformations arising from technological expansion in all dimensions of human life, affecting the work and subjectivity of teachers working in higher education, who experience a profound intensification of work to ensure increased profitability

¹ A pesquisa contou com financiamento da CAPES (bolsa).

of capital. With the replacement of humans by machines, labor becomes more fragile in the face of capital, wages fall, and unemployment rises.

Keywords: **Educational Technologies. EdTechs. Digital Platforms. Teaching Work. Teaching Subjectivity.**

Capitalismo de la Era Digital y Tecnología Educativa: configuración y formateo del trabajo y la subjetividad docente

Resumen

El avance de la expansión tecnológica, a partir de la adopción de plataformas digitales, EdTech e Inteligencia Artificial, en todos los espacios de la vida social, fortalece la privatización que se expande en la educación, especialmente en su nivel superior. El objetivo de este artículo es analizar las formas de expansión tecnológica en el campo de la Educación Superior y sus consecuencias en el trabajo y la subjetividad docentes. Se trata de una investigación bibliográfica y documental, con la utilización de fuentes primarias y secundarias. Se concluye que existe una nueva racionalidad que consolida las transformaciones provenientes de la expansión tecnológica en todas las dimensiones de la vida humana, afectando el trabajo y la subjetividad de los docentes que actúan en la Educación Superior y que experimentan una profunda intensificación del trabajo para garantizar el aumento de la rentabilidad del capital. Con la sustitución del hombre por la máquina, ocurre la fragilización del trabajo ante el capital, el abaratamiento de los salarios y el aumento del desempleo.

Palabras clave: **Tecnologías Educativas. EdTechs. Plataformas Digitales. Trabajo Docente. Subjetividad Docente.**

Introdução

A atual fase neoliberal do capital financeiro, com o avanço das tecnologias digitais, favorece a privatização, que se expande para as mais diversas esferas da vida. Isso se faz possível por ação do neoliberalismo, ideologia do capitalismo, que impõe sua racionalidade e promove a reestruturação do Estado enquanto molda o neossujeito².

Uma investida de tal envergadura resulta do encadeamento de transformações impostas à vida em geral: sistema econômico, Estado, sociedade e indivíduos, tudo sob o domínio da racionalidade do capitalismo neoliberal. A busca incessante por lucro passa a governar tudo, inclusive o Estado, subtraindo sua soberania e a garantia de mediar interesses econômicos e sociais, precisando ser disseminada e incorporada aos processos de socialização de forma a atingir o indivíduo. Para obter lucros cada vez maiores, instaura-se a competição desmedida entre todos, fato que reforça a ideia de que atingir o que se quer

² “Neossujeito” é uma expressão usada por Dardot e Laval (2016) ao analisarem as regras do jogo neoliberal em que é criada uma subjetividade “em que se fabrica um “novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de ‘sujeito empresarial’, ‘sujeito neoliberal’ ou, simplesmente, *neossujeito*’ [...] Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. [...] Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo [...] para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço[...]. Em outras palavras a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (Dardot; Laval, 2016, p. 327-328).

alcançar é resultado da competência individual, sendo o próprio indivíduo responsável quer por sua conquista, ou não.

O artigo tem como objetivo analisar o avanço do neoliberalismo em sua fase digital no campo da educação, com foco nas implicações observadas sobre o trabalho e a subjetividade docentes. É a compreensão da existência de uma nova racionalidade que consolida estas transformações em todas as dimensões da vida humana (políticas, econômicas, sociais e individuais), que exige o desenvolvimento de estudos acerca dos mecanismos adotados para a produção das condições que promovem seu engendramento e a consequente incorporação ao todo. Nesta perspectiva, situa-se sua problemática: a busca pela materialidade que evidencie a constituição de tal racionalidade e as formas de sua apreensão para forjar a realidade, construída de forma objetiva e subjetiva. Configura-se, assim, a tentativa de identificar as instâncias responsáveis e os mecanismos acionados para sua formulação, percepção, aceitação, apreensão e disseminação, enquanto condição que perpetua a dominação.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com a utilização de fontes teóricas e dados coletados por meio das fontes primárias e secundárias, que foram analisados e categorizados com base na análise de conteúdo de Bardin (2000). Os depoimentos foram extraídos do Dossiê (2019)³ de 175 páginas, elaborado por professores e ex-professores de instituições ligadas ao grupo Laureate Brasil⁴, expondo as formas usadas pela instituição para burlar direitos trabalhistas e normas do Ministério da Educação (MEC).

A progressiva privatização que avança no meio educacional, por meio da utilização de plataformas digitais, EdTech e Inteligência Artificial, foi o caminho percorrido a fim de revelar o avanço desse processo, que tem se efetivado por meio da flexibilização de direitos adquiridos pelos trabalhadores e da precarização do trabalho, o que gera insegurança e medo. A via da dimensão subjetiva foi buscada junto a quem está submetido a tais condições, transformado em capital humano na incessante obtenção de lucro em decorrência de sua exploração. Os resultados obtidos permitem uma compreensão das consequências que tais mudanças provocam de modo mais imediato, além de possibilitar o vislumbre de perspectivas futuras que apontem nesta ou em outra direção.

³ Dossiê elaborado ex-professores da rede educacional Laureate, em 2019, o qual trata de denúncia feita à Assembleia Legislativa de São Paulo; ao Ministério Público de São Paulo e o Ministério Público Federal, sobre a situação que vivenciaram durante o período que trabalharam para o grupo. E o Inquérito Civil n. 1.34.001.003864/2019-58, cujo trata do processo de fiscalização de criação e/ou autorização para o funcionamento de Cursos superior com a finalidade de obter provimento jurisdicional e processos fiscalizatórios nas instituições de ensino superior – IES do Grupo Educacional Laureate International Universities. O Dossiê foi apresentado pelo Deputado Estadual de São Paulo, Carlos Giannazi (PSOL), junto ao Ministério Público (Estadual, Federal e do Trabalho). O referido parlamentar encaminhou um dossiê de 175 páginas elaborado por professores e ex-professores de instituições ligadas ao grupo Laureate Brasil, expondo as formas usadas pela instituição para burlar direitos trabalhistas e normas do Ministério da Educação (MEC).

⁴ A Laureate Brasil integra a grande corporação norte-americana Laureate International Universities que oferta cursos de educação superior em 25 países, desde 1999, com atuação na graduação, pós-graduação e especialização. O grupo Laureate atua no mercado financeiro mundial, e tem participação na Bolsa de Valores de Nova York. De acordo com Chaves (2010, p. 494) “A entrada de capitais estrangeiros no mercado educacional tem sido a marca desse processo. O grupo americano Laureate foi o primeiro a se tornar sócio de uma universidade brasileira, a Anhembimorumbi, em 2005. Desde então, vários outros grupos empresariais estrangeiros têm adquirido ações das empresas educacionais que atuam no ensino superior”.

Pandemia e a Panaceia Educacional

A inusitada condição de vida imposta pela COVID-19 nos anos 2020-2021, que afetou o mundo indiscriminadamente, trouxe consequências que até agora não foram de todo reveladas. No campo educacional, o laboratório universal compulsório de Ensino Remoto, utilizado com o objetivo de impedir que a educação entrasse em colapso por tempo indeterminado, uma vez que se desconhecia sua duração, afetou de forma distinta diferentes grupos em desiguais condições. Isso já seria condição suficiente para que estudos fossem realizados com objetivo de avaliar seus resultados, todavia, aquela saída emergencial tem sido transformada cada vez mais em principal acesso para os que buscam lucrar com este modelo, especialmente, visando à sua expansão na educação pública.

É notório que o período pandêmico impôs perdas, não só humanas. A economia teve que se reorganizar rapidamente para evitar prejuízos maiores, e muitos foram os que não conseguiram sobreviver à crise econômica promovida por tais condições. Por outro lado, como normalmente ocorre por ocasião de crises, o Capital buscou oportunidades em novos campos de exploração, e esta situação ficou evidente na educação (Silva *et al.*, 2022).

No Brasil, onde a dificuldade de acesso à internet e as desigualdades socioeconômicas são marcantes, o uso de ensino remoto exigiu a garantia de dados móveis e de acesso às redes para estudantes e docentes que residiam em locais distantes e sem cobertura adequada. A obtenção inicial de acesso livre e ilimitado a aplicativos e plataformas aos poucos foi sofrendo restrições para utilização, sendo que tal situação indicou um campo potencial a ser explorado pelo capital financeiro.

Dados obtidos pelo Censo Escolar (MEC, 2023) acerca da situação educacional brasileira revelam que 87,8% da Educação Superior se encontram em instituições privadas e apenas 12,2% nas públicas; enquanto na Educação Básica 85,4% são escolas públicas e 14,6% privadas. Ressalta-se que as instituições privadas de ensino superior recebem recursos do fundo público por meio dos Programas: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Além desses programas, o setor privado tem obtido recursos do fundo público por meio da oferta de serviços que vão desde a comercialização de plataformas aos mais variados tipos de material digital, tanto na educação superior como na educação básica. Tudo isso é ofertado como inovação e solução para toda sorte de problema, a fim de promover o desenvolvimento de habilidades necessárias à vida neste século (Banco Mundial, 2020). O uso desses serviços tecnológicos tem sido apontado como a saída para superar os atuais modelos de educação, apresentados como obsoletos e ultrapassados, sem nenhuma comprovação por meio de evidências científicas acerca da eficácia por parte das propostas apresentadas, nem comprovações do alegado fracasso do atual modelo.

O documento do Banco Mundial “Reimaginando as Conexões Humanas Tecnologia e Inovação no Banco Mundial” (Banco Mundial, 2020) faz uma defesa para adoção de tecnologias educacionais, afirmando que “O mundo está em meio a uma revolução tecnológica. Os alunos não estão sendo preparados de forma adequada para prosperar neste mundo em rápida mudança”. Nele são apontados indicadores educacionais que ressaltam as discrepâncias encontradas em distintos países do mundo, sem que sejam apresentadas as condições políticas, econômicas ou sociais responsáveis por tais desigualdades. O que se

observa é a posição do Banco Mundial em apresentar as tecnologias educacionais como solução para os problemas identificados no atual modelo educacional, propondo ações que envolvam órgãos governamentais, ONGs e instituições privadas, indicando que países de todo o mundo são capazes de desenvolver e adaptar esses “bens públicos globais digitais” aos seus contextos. Além do já supracitado, o documento também revela que “Por meio de sua carteira de US\$17 bilhões (2020) de projetos de educação, o Banco Mundial apoia iniciativas de EdTech que atendem às necessidades e demandas de muitos países ao redor do mundo” (p. 20).

Ao fazer um balanço sobre “Uma revolução tecnológica e uma crise de aprendizagem”, o documento discute os impactos da COVID 19 no atraso educacional, considerado de curto prazo, afirmando que “Se agravado no longo prazo, isso levará à diminuição do desenvolvimento do ‘capital humano’ e das oportunidades econômicas” (p. 9). O referido documento subsidia a discussão no tópico denominado “O ‘business as usual’ não está funcionando”. Os termos ‘capital humano’, ‘oportunidades econômicas’ e ‘business’ (negócio em inglês, substituindo educação) são muito mais do que sugestivos.

Em suas conclusões, o documento do Banco Mundial apresenta um roteiro guia para a obtenção dos cinco princípios norteadores, entre eles, ‘habilitar o engajamento humano’ com uma afirmação categórica:

As novas tecnologias substituirão parte do que os professores fazem atualmente, liberando-os para assumir responsabilidades com maior impacto na aprendizagem dos alunos. Embora a tecnologia não substitua os professores de hoje, os professores que usam a tecnologia o farão (Banco Mundial, 2020, p. 23).

Não se vislumbra alternativa. O princípio norteador “Empoderar Professores” assevera que o trabalho desses profissionais tem se tornado mais central como resultado do uso efetivo de *EdTech*. Ao detalhar esse princípio, tal centralidade parece questionável: “podem ser facilitadores da aprendizagem, parte de uma equipe de aprendizagem, um colaborador com mentores especialistas externos, um mentor para os pais e um líder de equipe em uma atividade de aprendizagem baseada em projeto, entre outras funções” (p. 14). Contudo, é preciso confrontar este discurso com a realidade.

Silva *et al.* (2022), referindo-se à teoria de Becker (1990, p. 109) sobre uma abordagem econômica para compreender o comportamento humano, chamam atenção para uma máxima neoliberal cujas iniciais, TINA, indicam *There Is No Alternative* (não há alternativa). Da forma como as *Edtech* são apresentadas obedecendo a essa tendência, a impressão que se tem é da “caracterização subjetiva conformada pela narrativa neoliberal”, naturalizando, assim, um fenômeno econômico. Aliás, esta tendência de naturalização dos fenômenos históricos e sociais está presente em outras situações, como será tratado mais adiante.

Avanço das formas de precarização e repercussões no trabalho docente

O objetivo dessa sessão é o de investigar algumas das principais tendências presentes no mundo do trabalho contemporâneo, considerando a significativa expansão das plataformas digitais e o avanço das tecnologias de informação e comunicação que vem impulsionando celeremente o mercado educacional brasileiro.

Diante da acentuação das tendências de informalização da força de trabalho em todo o mundo, verifica-se o aumento dos níveis de precarização da classe trabalhadora. A tese de

Antunes (2020) é que o mundo contemporâneo vem assistindo uma significativa ampliação de seus mecanismos de funcionamento, no qual o desempenho pelo trabalho é emblemático.

Em termos históricos, a eclosão da crise de 2008 é o marco das mudanças recentes no mundo trabalho, o que levou ao destroçamento ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, modelo que já foi dominante no século XX. O info-proletário, como definido por Antunes (2020), surge nesse contexto, caracterizado pela invasão de tecnologias no mundo das mercadorias, assim como da exigência de atividades dotadas de maiores “qualificações” e “competências” convertendo os espaços de trabalho existentes em geradores de mais-valor, desde aqueles realizados pelos mais precários e informais aos assalariados.

De acordo com o autor, essa invasão das tecnologias no mundo do trabalho, especialmente das tecnologias informacionais-digitais, consiste em um processo de subsunção do trabalho ao mundo maquínico em uma escala superior à do período industrial. A consequência desse processo é a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, seja em atividades mais instáveis ou temporárias, seja sob a ameaça direta do desemprego.

Todavia, a manifestação desse processo tem alguns sentidos, sendo que Antunes esboçou dois: trabalhadores informais tradicionais e os informais mais instáveis. No primeiro, estão os trabalhadores informais estáveis, os temporários, que possuem o mínimo de conhecimento profissional, que combinam o trabalho regular com os serviços realizadas de forma independente, sem vínculo empregatício, denominados como *freelances* ou “bicos”, como os vendedores de diversos produtos (de limpeza, cosméticos, roupas), digitadores e os que fazem salgados, faxina e artesanato nas horas de folga. Eles

são trabalhadores que ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivendo uma situação que inicialmente era provisória e se transformou em permanente. Há casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, praticando os chamados bicos. Nesses casos, obtém-se um baixo rendimento com essas atividades (Antunes, 2020, p. 63).

A inserção desse tipo de info-proletário no mundo do trabalho é caracterizada por uma remuneração baixa, sem direitos sociais básicos (aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), sem jornada de trabalho definida e, ainda, sem auxílios nem licenças de todo tipo, entre outros. Em geral, a contratação é temporária e são frequentemente remunerados por peça ou por serviço prestado.

O segundo grupo é dos trabalhadores informais assalariados sem registro, caracterizado por estarem à margem da legislação trabalhista e que passaram da condição de assalariados com carteira assinada para assalariados sem carteira, prestando serviços a empresas. Esse grupo tem relação com a nova racionalidade do capital que impulsiona as empresas a flexibilizarem o trabalho, a jornada, a remuneração “[...] aumentando a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal” (Antunes, 2020, p. 64). Esse grupo é associado ao trabalho em domicílio.

Isto tem a ver com a simbiose entre o “empreendedorismo”, a “autonomia” e outras mistificações semelhantes, que têm permitido o incentivo à individualização do trabalho pelo

qual, em consonância com Antunes (2022, p. 97), as grandes corporações aproveitam para burlar a legislação protetora do trabalho, uma tendência que tem enorme potencial de expansão, especialmente para o mercado educacional. Segundo palavras do autor, os resultados são visíveis: “jornadas de trabalho extenuantes, frequentemente sem folga semanal; salários reduzidos; demissões sumárias e sem qualquer explicação”.

A hipótese apresentada por Antunes (2020, p. 65) é que “[...] a ampliação dos mais distintos e diversos modos de ser da informalidade parece assumir, ao contrário dos desconstrutores da teoria do valor, um importante papel de aumento, potencialização e mesmo realização do mais-valor”. O crescimento da informalidade no mundo contemporâneo não enfraquece a teoria do valor, mas, ao contrário, evidencia o que a ampliação da exploração e a geração de mais valor têm implicado: no aumento do mais-valor, uma vez que há uma menor remuneração e perda de direitos, possibilitando a extração de mais valor do trabalho; na potencialização da exploração sob e sobre o trabalho, expandindo a acumulação; e na realização de mais-valor que, mesmo à margem da legislação trabalhista ou por conta própria, o trabalho informal tem sido um dos principais sustentáculos das cadeias produtivas que geram lucro. Em outras palavras, a informalidade reafirma e intensifica a lógica de exploração capitalista, que desencadeia um elemento propulsor da precarização estrutural do trabalho.

Isso não altera a correspondência de exploração, cujo fator que gera excedente permanece o mesmo: compra da força de trabalho. O que muda é como se dá o processo de exploração, ou seja, a forma jurídica do contrato é modificada ou se torna inexistente para enfraquecer profundamente a rede de proteção dos direitos do trabalho. As consequências só podem ser o aumento de acidentes, adoecimentos e padecimentos no trabalho, com ênfase nos adoecimentos psíquicos mais subjetivos, mais interiorizados.

Essa caracterização, de como esse processo se manifesta, facilita a análise sobre como o processo de digitalização do trabalho tem provocado um novo tipo de exploração do trabalho docente, cuja informalidade e precarização vêm se constituindo como mecanismo central para ampliar a intensificação dos ritmos e movimentos do trabalhado docente e, com isso, ampliar o processo de valorização do capital, em especial, nos grandes grupos empresariais de capital aberto no país.

Nesse contexto, as grandes corporações globais introduzem maquinário-digital para ampliarem seus lucros e exasperarem a competitividade entre elas, capaz de potencializar o uso da força de trabalho (Antunes, 2020). Para o autor, por um lado, este processo é cada vez mais responsável pela eliminação dos postos de trabalho; por outro, amplia-se intensamente as formas de exploração do trabalho. Contudo, em um mundo cada vez mais digitalizado, o trabalho que gera mais-valor torna-se ainda mais vital para o processo de acumulação, e não o contrário.

Em geral, diante da ampliação do trabalho nas plataformas digitais, vem se desenhando uma nova morfologia do trabalho, e a consequência dessa tendência é a corrosão crescente da legislação protetora do trabalho, movimento que se expande para o conjunto da classe trabalhadora, incluindo o trabalho docente (Antunes, 2022). Segundo o autor, o avanço tecnocientífico é contraditório, pois, embora suas potencialidades, inclusive de diminuição da jornada de trabalho, como se o sistema de metabolismo socio reprodutivo não fosse

comandado pelo capital, o que existe, de fato, é uma ampliação da jornada de trabalho com a exploração mais intensa para obter mais-valor.

É nesse contexto que grupos educacionais empresariais de capital aberto conseguiram combinar alta tecnologia, incorporando amplos contingentes da força de trabalho desempregados e burlar a legislação trabalhista existente nos países onde atuam. Este foi o caso da Laureate Brasil⁵ acusada de fraudar para obter reconhecimento de cursos de graduação pelo Ministério da Educação (MEC), em 2018, quando ainda operava no Brasil. Além disso, docentes dessa rede educacional denunciaram o uso de inteligência artificial para correção de textos, conforme Domenici (2020) demonstra.

Esses casos de denúncias não são os únicos envolvendo o grupo educacional estrangeiro. A denúncia realizada por noventa professores que atuavam na modalidade de Educação à Distância na Laureate Brasil, após serem demitidos em 2020, por irregularidades trabalhistas envolvendo tecnologias, expõe a precarização do trabalho docente e como este processo está se desenvolvendo no Brasil. O dossiê relata irregularidades trabalhistas como a reposição dos professores demitidos por novos profissionais, com redução de salários e valor de hora-aula. O documento também evidencia fraudes no credenciamento de cursos junto ao MEC e descumprimento dos referenciais e padrões de qualidade do MEC.

Entre outros aspectos, destacam-se demissões por conta da substituição do trabalho dos professores por *software* de inteligência artificial e a apropriação do trabalho docente por meio das plataformas digitais. Acerca desta, os docentes eram induzidos a assinarem contratos abusivos para gravação de aulas. A estratégia da Laureate Brasil era comprar os direitos autorais das aulas gravadas por sessenta anos, pelo valor irrisório de 4 (quatro) mil reais pela cessão de direitos, com a finalidade de reduzir as despesas com o corpo docente. No entanto, o mais grave nesta denúncia é que, ao comprar os direitos de imagem, conforme o dossiê, a Laureate Brasil “demite a maioria do corpo docente [após a cessão de direitos], não lhes paga os devidos encargos e depois ainda os impede de tornarem públicas eventuais irregularidades” (Dossiê, 2019, p. 12).

Essa compra de direitos autorais das videoaulas, seguidas da demissão em massa dos profissionais tem ainda duas implicações fundamentais. A primeira é que a Laureate Brasil, seguindo a tendência em curso no setor da educação privada, caminha para a **consolidação de uma educação sem professor**. A segunda tem relação com as estratégias da própria Laureate, que anunciou recentemente a disposição de transformar as suas videoaulas, e-books e banco de questões produzidos pelos seus (ex)professores em mais uma das suas mercadorias. A empresa passará a comercializar ‘materiais didáticos’ fechados para quaisquer outras IES interessadas (Dossiê, 2019, p. 16, grifos nossos).

Silvana, uma das docentes demitidas, denuncia a contradição entre discurso e prática:

Isso é um projeto da Laureate, já que as últimas medidas tomadas por ela, como o LTI [inteligência artificial], vão nesse sentido. Ainda que publicamente ela fale sobre a importância do professor, na prática, demite a totalidade de professores do EAD, para

⁵ As políticas governamentais brasileiras contribuem para a expansão do setor a partir da concessão de financiamento público, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni).

substituí-los e/ou por monitores sem especialização ganhando menos, ou por PJ [pessoas jurídicas] sem as garantias trabalhistas e por robôs (Domenici, 2020).

Acrescente-se a tudo isso mais um elemento: as demissões se deram em plena pandemia. Segundo a matéria, os docentes das instituições ligadas à rede Laureate Brasil, além de temerem represálias internas a respeito da divulgação desse mecanismo adotado pela rede, também temem demissões devido à ampliação do uso do *software* de inteligência artificial empregado pelo grupo. Além disso, os professores apontam, ainda, outros problemas relacionados à avaliação dos discentes.

A utilização de Inteligência Artificial pela Laureate Brasil, denominada LTI, para correção de questões dissertativas, mas que está proibida de ser revelada pelos professores aos estudantes, pode parecer um problema menor ante o conhecimento da ineficácia do serviço prestado por meio deste artifício, segundo denúncia feita pela Rede de Educadores do Ensino Superior em Luta. A denúncia de docentes encontrada no referido Dossiê (2019, p. 79-80): “Um erro que eu vi acontecendo pelo LTI é de um aluno que enviou a mesma resposta em duas atividades totalmente diferentes e tirou nota 10 e 8. Uma loucura isso”, afirma Jonas. “Se antes, quando corrigíamos atividades, já era difícil manter a qualidade educacional, uma vez que havia casos de professores com mais de 7 mil alunos para dar *feedback*, agora sem que isso passe necessariamente por uma avaliação humana é ainda mais sofrível”, diz a docente Silvana. Fica evidente que a consequência direta desse processo é a profunda descaracterização e precarização do trabalho docente com reflexo na qualidade da formação prestada.

Outro aspecto, é que a expansão do EaD tem provocado, por um lado, a demissão em massa de docentes no setor privado e, por outro, a intensificação e a mudança no modo como esse trabalho se realiza. A substituição de docentes por conteúdos gravados; salas com até 1000 alunos, entre outros aspectos, significa redução de custo para as empresas educacionais. Para se ter uma ideia, entre 2018 e 2020, o número de funções docentes em exercício caiu 7% no setor privado. Além disso, é de suma importância ressaltar que, em 2020, o crescimento do EaD foi de 428% no país, em dez anos (INEP, 2019; 2021).

A narrativa é de que o fácil acesso às tecnologias digitais supostamente tem estimulado uma maior autonomia e independência dos alunos em relação ao ensino tradicional, sobretudo pela alta profusão e popularização de plataformas de ensino *online* e à distância, de *lives* e de transmissões de aulas gravadas em plataformas digitais, além do compartilhamento de conteúdos educacionais em bancos de dados digitais.

Todavia, como consequência desse processo, está em curso uma redefinição das funções docentes: de “detentor do conhecimento” e “conteudista” para o papel de mediador, facilitador ou orientador de aprendizado diante do acesso fácil à informação pelos discentes. Nesse sentido, estabelece-se um modo de exploração (de um tipo novo) adequado às condições contemporâneas de reprodução do capital, tendo como resultado a intensificação, a precarização e a desvalorização do trabalho.

No caso brasileiro, a flexibilização das leis trabalhistas⁶, principalmente pela ausência de uma legislação própria que regule a relação entre trabalho e plataformas digitais, a

⁶ A reforma trabalhista de 2017, sancionada pela Lei nº 13.467, trouxe alterações significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A reforma visava a flexibilizar as relações trabalhistas, alterando regras como remuneração, jornada de trabalho, contratos temporários e a contribuição sindical (Brasil, 2019).

suposta classificação de trabalhador como “independentes”, “autônomos”, “empreendedores” ou ainda “chefe de si mesmo” implica na perda de direitos sociais, tais como seguro saúde, férias remuneradas e aposentadoria. Portanto, as modificações das condições de trabalho e da vida social evidenciam a transferência direta da riqueza produzida pelo trabalho para o capital.

A cada mudança imposta pelas políticas públicas educacionais ao trabalho docente (por meio de diretrizes e resoluções), ocorre um impacto direto na forma como esse trabalho se realiza (presencial, virtual, híbrido) e na forma como o trabalhador se modifica externamente (objetividade) e internamente (subjetividade). Como ficou evidente com a implementação do ensino remoto que, apesar de necessário durante a pandemia da COVID-19, provocou mudanças repentinas nas práticas pedagógicas para o ambiente virtual, implicando na aquisição de novas habilidades, capacitação e adaptação a tecnologias educacionais.

Assim, diante das transformações tecnológicas no ensino superior sob a lógica da financeirização, está em curso uma nova mudança paradigmática no ensino superior, provocando uma reinvenção e uma ressignificação das ações e das práticas docentes, exigindo novas competências e habilidades para os professores.

É evidente que a consequência direta desse processo é a profunda descaracterização e precarização do trabalho docente. O que está sendo colocado pela introdução de novas tecnologias, sobretudo de IA, não é a superação de características que, na essência, são próprias do sistema capitalista. Estamos diante de uma transformação digital que, sob a lógica neoliberal, pretende maximizar o lucro e possibilitar a criação de trabalho flexível e mal remunerado.

Diante deste cenário, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) alega a existência de falta de qualificação adequada para o processo de transformação digital. Isto estaria relacionado a uma presumida resistência dos professores, especialmente dos mais experientes, às mudanças tecnológicas. Todavia, denota-se que esta crítica não está relacionada apenas à falta de familiaridade com uso de certas máquinas ou recursos computacionais, mas como o docente tem resistido ao aumento do tempo e das condições estruturais para a realização dessa nova forma de trabalho (online).

É importante ressaltar que este processo de transformação digital é substancialmente diferente ao processo vivenciado nas últimas décadas, sobretudo relacionado ao uso da informática na educação, da introdução de recursos computacionais nas práticas educacionais. A principal diferença está no uso de plataformas digitais e da Inteligência Artificial (IA), que tornaram possível a substituição, a apropriação e a espoliação do trabalho docente em uma escala superior.

A alta rentabilidade com os negócios do ensino superior, propiciada pela financeirização do capital, tem acirrado a disputa para o controle do mercado educacional brasileiro entre redes educacionais nacionais e estrangeiras. E esta disputa pelo mercado educacional brasileiro entre oligopólios nacionais e estrangeiros faz parte do novo raciocínio financeiro das instituições de ensino superior, em um contexto global de valorização econômica (Chaves, 2010).

Segundo Laval (2019, p. 129), o emprego suplementar de tecnologias de informação, de comunicação e de gestão não é apenas uma ferramenta útil ao processo de aprendizagem; mas sim uma aposta do mercado educacional mundial para mudar radicalmente as instituições de ensino e a pedagogia. Em outras palavras, trata-se da “[...] eliminação das

relações pedagógicas tradicionais e a utilização das novas 'máquinas de ensinar' estão estreitamente relacionadas”, em que o papel do professor tende a ser totalmente revisto.

Subjetividade Docente

A ideologia como inversão leva a uma 'falsa consciência', mas uma 'falsa consciência' não como mero erro subjetivo, como falsidade das ideias, descolada da realidade, abstraída da materialidade, porém, como distorção específica de uma realidade específica e, no caso de Marx, como visão distorcida da realidade capitalista, na medida em que esta aparece como uma realidade a-histórica, não produzida, sem contradição, sem conflitos e válida universalmente (Chagas, 2013, p. 73).

Ao falar da profissão de professor em momentos de Inteligência Artificial, de Plataformização e da Invasão Digital e Tecnológica na área da Educação, identifica-se a intenção de difundir a ideia de que a sala de aula e o papel do professor estariam ultrapassados, que é uma tradição a ser extinta. Tal discurso ideológico impede que se evidencie a ação educativa que se constitui no espaço da sala de aula por, para e entre sujeitos e objetos do conhecimento, mediados pela ação do educador, a qual não pode ser subestimada enquanto experiência que ressignifica a própria vida.

Não se trata de negar os avanços tecnológicos, considerados muito importantes para a vida, mas sim da compreensão de que seres humanos se constituem humanos nas relações estabelecidas por conflitos decorrentes do enfrentamento que a leitura da realidade impõe, mas que são estes conflitos que os qualificam para superar limites e promoverem mudanças, internas e externas, nas pessoas. Isso faz perceber que nada deve ser naturalizado pura e simplesmente, porque os sujeitos são históricos e, portanto, são atores e autores capazes de escrever e construir um outro caminho. Por isso que Paulo Freire foi tão enfático ao anunciar e ao defender uma Pedagogia do Oprimido, uma Pedagogia da Liberdade, pois o que ele denunciava era a dominação presente nas relações que visam se perpetuar e se naturalizar. Para isso, é necessário romper as amarras que limitam ou impedem as pessoas, até de enxergá-las.

É nessa pedagogia libertadora, que se inicia com a palavra geradora, que o sujeito vai traçar, escrever e ler a própria vida, o que é real, distinguindo-a daquilo que é artificial, falso. Por óbvio, que o conhecimento que se apreende é transformador, mas a relação que se estabelece no ato educativo entre seres humanos ultrapassa o processo cognitivo, enquanto processo de humanização. Tamanha a dimensão que envolve a relação pedagógica, aquela que transforma homens e mulheres para transformar o mundo.

Onde quer que ela se estabeleça, em diferentes etapas da vida e nas mais diversas situações e condições, ali se instala um processo transformador. E isso caminha a contrapelo da relação utilitarista, que transforma pessoas em capital humano, pela retirada de direitos, ausência de proteção e solidariedade coletiva.

Marzochi (2022, p. 181) ressalta que a constituição humana é intersubjetiva e se institui na

progressiva e dialética circularidade entre o estranhamento e o conhecimento de si a partir do outro, que pode ser tanto, o outro de si mesmo, como o outro indivíduo, uma vez que ambos são pontos transcendentais que se oferecem à reflexão e auto-observação, em que um outro indivíduo é sempre o outro de si mesmo.

Por isso, a ruptura que visa fazer da relação ensino-aprendizagem um espaço para garimpagem de dados, que transforma os algoritmos em vigilância, quando antes era apenas a descoberta de mecanismos e procedimentos adotados pela mente humana para solucionar problemas, sob o argumento de que tal transformação irá promover a ruptura com as ultrapassadas salas de aula pela aquisição de valores e de habilidades necessárias ao século XXI precisa ser aqui questionada. Quais valores? Cotidianamente as pessoas são impelidas à competição e ao consumo voraz, assiste-se passivamente a cenas de violência e à destruição da natureza, incluindo a nossa natureza humana. Vive-se em um mundo que desumaniza.

Nos relatos e denúncias aqui realizadas, fica evidente que os docentes não agem de forma livre, espontânea e voluntária. Muito pelo contrário, são impelidos a agir sob pressão, coagidos pelo medo de perder o emprego e sob ameaça, ainda que o discurso ideológico busque negar os fatos.

Sempre pautada na lisura de suas ações e no compromisso total com o atendimento à regulação vigente no país de atuação, a Laureate segue estritamente a legislação brasileira e mantém fortemente o seu propósito de mudar a vida das pessoas por meio da oferta de educação de qualidade. Apesar de não reconhecer o teor das informações trazidas na reportagem, a Laureate tomará as medidas cabíveis para elucidar os fatos (Laureate, 2019 *apud* Domenici, 2019).

O discurso alienado da realidade, somado ao alheamento imposto aos docentes sob as condições de trabalho por eles vivenciadas, demonstram o mecanismo pelo qual o Capital atua no sentido de manter a dominação. Uma existência reduzida à sobrevivência.

Considerações Finais

Este artigo apresentou a necessária reflexão sobre a relevância do trabalho docente em momentos de Inteligência Artificial (IA), de plataformização e da invasão digital e tecnológica na área da Educação. É evidente a intenção dos agentes do capital (Banco Mundial e grupos empresariais) em disseminar a ideia de que a sala de aula e o papel do professor estariam ultrapassados. Uma tradição em vias de extinção! E não há aqui, nem explícita, nem sequer velada, uma oposição declarada aos avanços tecnológicos, considerados muito importantes para a vida atual. Mas não se pode deixar de evidenciar que a ação educativa que se constitui no espaço da sala de aula por, para e entre sujeitos e objetos do conhecimento para apreensão da realidade, mediada pela ação do educador, não deve ser subestimada enquanto experiência que ressignifica a própria vida.

A ruptura a ser alcançada é com este modelo que atua, segundo Dardot e Laval, como um “nó de força”, no qual, a cada reação esboçada, mais a pressão aumenta. Talvez isso possa parecer impossível, uma vez que, para sobreviver, o indivíduo precisa desaparecer, transformado em mercadoria. Tal dominação se instala a partir da retirada do pensamento crítico, dos questionamentos, pelo desaparecimento da crítica e da reflexão. Toda vez que a máquina é colocada para substituir o homem, o resultado é a fragilização do trabalho ante o capital, barateamento dos salários ante o aumento do desemprego e do exército de reserva.

A tecnologia tem que servir para ser aliada ao sujeito, não o contrário. Mesmo porque ela há muito já se faz presente e é uma velha conhecida. A COVID 19 impôs seu uso

indiscriminado, mas não se pode admitir o deslocamento do eixo central ocupado por educadores para uma atuação secundária de auxiliar neste processo de desumanização.

Marx e Engels (2007), afirmam que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. É imperioso e inadiável resgatar no sujeito sua capacidade de ler o mundo para conquistar sua autonomia, sua capacidade de reflexão e de autodeterminação. Isso não se alcança sozinho, é necessária muita luta e é com muitos. A educação é e continuará sendo um caminho para essa transformação, para essa conquista de igualdade, de inclusão e de liberdade. Por um mundo humano, verdadeiro e onde a ideologia e a alienação sejam rompidas pela tomada de consciência, conquistada para superar a dominação.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Os novos laboratórios de experimentação do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à Deriva: o Trabalho nas Plataformas Digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Reimaginando as conexões humanas**: tecnologia e inovação em Educação no Banco Mundial. Banco Mundial: Washington, DC, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/897971624347696117/pdf/Reimagining-Human-Connections-Technology-and-Innovation-in-Education-at-the-World-Bank.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023**. Notas estatísticas. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

CHAGAS, Eduardo. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/trans/a/qhWBvjmf5DjWmyMZvc3pzGN/?format=pdf&lang=pt#:~:text=RESUMO:%20O%20pensamento%20de%20Karl,Determinismo.&text=Universidade%20Federal%20do%20Cear%C3%A1%20\(UFCE,@uol.com.br.&text=marxismo.,103%2C%202002](https://www.scielo.br/j/trans/a/qhWBvjmf5DjWmyMZvc3pzGN/?format=pdf&lang=pt#:~:text=RESUMO:%20O%20pensamento%20de%20Karl,Determinismo.&text=Universidade%20Federal%20do%20Cear%C3%A1%20(UFCE,@uol.com.br.&text=marxismo.,103%2C%202002). Acesso em: 10 jun. 2025.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxftPRVBR78m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMENICI, Thiago. Professores acusam Laureate de forjar documentos para obter o reconhecimento de cursos EAD no Brasil. **Agência Pública**, 15 maio 2019. Disponível em:

<https://apublica.org/2019/05/professores-acusam-laureate-de-forjar-documentos-para-obter-o-reconhecimento-de-cursos-ead-no-brasil/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DOMENICI, Thiago. Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EAD. **Agência Pública**, 13 maio 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DOSSIÊ. “**Eles não estão aqui para o bem**”: mercantilização da educação e irregularidades nos cursos EAD pela Laureate Brasil. 2019, p. 175. (Documento impresso).

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARZOCHI, Samira Feldman. Ciberespaço e Descentramento: a constituição subjetiva como questão de espaço e tempo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 115, p. 151-190, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/KXtV7xkNBnjvRZpDR5Dtg9F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Daniel *et al.* Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Vera Lucia Jacob Chaves é Professora Titular do Instituto de Ciências da Educação atuando como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). É pesquisadora de produtividade do CNPq. Coordenadora Geral da Rede Universitas/Br e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior - GEPES. integra o Conselho Fiscal da FINEDUCA.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3659>

E-mail: veraluciajacob@gmail.com

Rosimê Meguins é Bacharel em Psicologia e Psicóloga pela Universidade Federal do Pará. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG com Pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. Professora Titular, da Universidade Federal do Pará com atuação no Programa de Pós-Graduação e Educação e Cursos de Graduação, lotada no Instituto de Ciências em Educação. Coordena o Grupo de Pesquisa PERSONA - Psicologia, Educação, Relação Subjetividade e Objetividade na Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Integra a Rede UNIVERSITAS-BR.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8094-9210>

E-mail: rosimeguinsufpa@gmail.com

Paulo Ítalo Laredo é doutorando na linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação

(PPGED/UFPA). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior (GEPES). Pesquisador da rede UNIVERSITAS/BR e da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3802-7685>

E-mail: italolaredo@outlook.com

Recebido em 11 de agosto de 2025

Aprovado em 08 de outubro de 2025

Editora responsável: Theresa Adrião

